



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA ATA DA REUNIÃO

DATA: 09 e 10 de abril de 2007

LOCAL: Auditório do Hotel Windsor Barra, Rio de Janeiro, RJ.

HORÁRIO: 11 às 19 horas

PAUTA:

1. Ratificação da Resolução nº 17, aprovada Ad Referendum, que aprova Lista de Medicamentos e Métodos Proibidos para 2007, participação do Conselheiro Eduardo Henrique De Rose.
2. Novo conceito de Esporte de Aventura, participação do Conselheiro André Arantes, Secretário Nacional de Esporte de Rendimento e Presidente da Comissão de Esporte de Aventura – CEAV e da Professora Vera Lúcia Menezes Costa, membro da Comissão.
3. Apresentação da proposta de Regulamentação da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que institui Incentivo Fiscal para o Esporte, participação do Chefe de Gabinete do Ministro, Alcino Reis Rocha.
4. Seminário – Ações Governamentais para a realização dos XV Jogos Pan-americanos Rio2007.
5. Visita as obras e instalações esportivas do PAN2007.

Conselheiros Presentes:

- Ministro de Estado do Esporte – **Orlando Silva Júnior**
- Secretário Nacional de Esporte Educacional – **João Ghizoni**
- Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento – **André Almeida Cunha Arantes**
- Secretária Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer – **Rejane Penna Rodrigues**
- Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – **Carlos Arthur Nuzman**
- Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – **Vital Severino Neto**
- Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer – **Ednilton Vasconcelos**
- Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer – **Júlio Figueira**
- Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – **Fernando Mascarenhas**, representado por Antonio Jorge Soares.
- Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – **Humberto Aparecido Panzetti**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

- Presidente do Conselho Federal de Educação Física – **Jorge Steinhilber**
- Presidente da Comissão Nacional de Atletas – **Lars Schmidt Grael**
- Representante da Confederação Brasileira de Futebol – **Fernando José Macieira Sarney**
- Representante do Desporto Nacional – **Eduardo Henrique De Rose**
- Representante dos Clubes Sociais – **Arialdo Boscolo**
- Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil – **Milton Ângelo Pereira de Oliveira**
- Representante do Desporto Nacional – **Carlos Miguel Aidar**
- Representante do Desporto Nacional – **Bernard Rajzman**

Justificaram ausência os Conselheiros:

- Secretário Executivo do Ministério do Esporte – **Rafael de Aguiar Barbosa**
- Representante do Desporto Nacional – **Rinaldo José Martorelli**
- Representante do Desporto Nacional – **José Carlos Brunoro**
- Representante do Desporto Nacional – **José de Assis Aragão**

Participantes:

- **Ricardo Leyser** – Secretário Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais para a realização dos XV Jogos Pan-americanos RIO2007
- **Cássia Damiani** – Assessora Especial do Ministro
- **Maristela Medeiros das Neves Gonçalves** – Assessora Especial do Ministro
- **Ana Carla Marques Tiago Correia** – Assessora do Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro
- **Carlos Roberto Osório** – Secretário-Geral do Comitê Organizador RIO2007
- **Cláudia Valenzuela** – Oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Maristela Baioni** – Oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Ricardo Caruso** – Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Márcio Rosa Alves** – Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Túlio Gontijo** – Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **José Ricardo** – Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Michele Ortega Escobar** – Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **Kátia Passos** – membro da Comissão de Esporte de Aventura
- **Vera Lúcia de Menezes Costa** – membro da Comissão de Esporte de Aventura



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte

Às onze horas do dia nove de abril de dois mil e sete, o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva Júnior, deu início à décima quarta reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte, realizada no Hotel Windsor Barra, no Rio de Janeiro, RJ. Com a presença dos membros e convidados acima relacionados. Foram justificadas as ausências acima. O Secretário Executivo do ME justificou ausência por compromissos assumidos na Capital Federal e os demais por motivos de saúde. Dando as boas vindas a todos presentes o Presidente deu por iniciada a reunião. Justificou que a reunião estava acontecendo no Rio de Janeiro para cumprir a decisão emanada do Conselho em sua última reunião, quando se decidiu por fazer a reunião na cidade anfitriã dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007. Permitindo, dessa forma, participar de um Seminário que expusesse as ações que vêm sendo desenvolvidas para a realização do evento e, ainda, a visita às obras e instalações esportivas. Informou o Ministro Orlando Silva que paralelamente a esta reunião, estava acontecendo a reunião do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e que, no período da tarde, quando a pauta seria específica sobre o PAN, estes gestores se juntariam a este Conselho. Apresentada a pauta proposta para a reunião, a Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, Rejane Rodrigues, solicitou acrescentar como assunto extra uma representação do Conselho na Comissão de Seleção de Projetos do programa Esporte e Lazer na Cidade, como previsto no Edital constante da Portaria nº 29, de 16 de março de 2007. O Conselheiro Arialdo Boscolo também pediu para acrescentar o tema Calendário Esportivo Nacional e assuntos gerais. Colocado em votação, todos aprovaram. O Presidente do Conselho justificou que os vários adiamentos desta reunião se fizeram em função da conciliação das agendas dos participantes e, principalmente, pela necessidade de articulação para aprovação da Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte, que só aconteceu na última semana do ano de 2006. Passando ao primeiro item da pauta, solicitou ao Doutor Eduardo De Rose que expusesse o tema da Lista de Medicamentos e Métodos Proibidos para 2007. O Conselheiro Eduardo De Rose justificou que foi necessário aprovar Ad Referendum deste Conselho a Resolução que aprovou a Lista citada em função da vigência ser obrigatória deste o primeiro dia do ano. Informou que a Lista publicada foi objeto de aprovação no âmbito da Agência Mundial Antidoping – AMA e da Comissão de Combate ao Doping – CCDP, que funciona no âmbito deste Conselho, por ele presidida. Declarou De Rose que a CCDP também sugeriu algumas alterações nas regras de controle de doping, mas que foi entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte a não publicação, por motivo de serem de caráter revisional de texto. Tendo em vista esta decisão, opinou o Conselheiro para que a retificação aguarde até o mês de novembro, quando a AMA fará uma alteração geral no Código Mundial Antidoping, do qual o Brasil é signatário. O Conselheiro Lars Graef propôs que se aprovasse a Resolução. Todos concordaram. O Conselheiro Carlos Arthur Nuzman solicitou a atenção de todos para um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional propondo uma legislação para o controle de doping no País. O Ministro Orlando Silva propôs a inversão da pauta, solicitando, em seguida, que o



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

seu Chefe de Gabinete, Alcino Reis Rocha, iniciasse a exposição sobre a proposta de regulamentação da Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte. Alcino Rocha cumprimentou a todos e informou que por determinação do Ministro, preside o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da proposta em estudo. Grupo este composto por membros das três secretarias fins do Ministério, pelos servidores: André Arantes, Danielle Gruneich e João Alberto Lima. E pelo advogado Gustavo Bertucci e pela Assessora Especial do Ministro Maristela Gonçalves. Agradeceu a todas as sugestões enviadas pelos Conselheiros. Informou que o Grupo de Trabalho se reuniu com representantes da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República – SECOM/PR, do Ministério da Cultura, da Secretaria da Receita Federal e outras pessoas do segmento esportivo, colhendo sugestões e conhecendo experiências sobre a gestão e regulamentação de outras leis de incentivo fiscal vigentes. Ressaltou que o Grupo buscou fazer um projeto que facilitasse a aplicação da Lei e ao mesmo tempo oferecesse eficientes instrumentos de controle. Passando para a apresentação da minuta de Decreto informou que ressaltaria os principais pontos, tendo em vista que todos haviam recebido o texto com antecedência, e que depois se fariam os esclarecimentos e debates desejados. Todos concordaram. Ressaltou, em sua explanação, que a proposta formulada determina que os recursos captados de forma errônea ou que não completaram os percentuais de captação suficientes para a execução do projeto, sejam depositados no fundo do CONANDA para aplicação em projetos esportivos sociais aprovados pelo Ministério do Esporte. Após a apresentação, o Ministro Orlando Silva propôs que cada Conselheiro que desejasse se manifestar o fizesse em 5 minutos. O Conselheiro Carlos Nuzman pediu para reduzir para 3 minutos. O Presidente colocou em votação. Todos concordaram. O Conselheiro Fernando Sarney declarou que o esporte vem sendo sustentado por abnegados e que a proposta de restringir o incentivo para projetos que vêm recebendo patrocínio consecutivamente nos últimos três anos, como consta no Artigo 21, parece-lhe uma punição para aqueles que já investem há muito tempo no esporte. O Conselheiro Carlos Miguel Aidar parabenizou o Grupo pelo trabalho produzido. Entretanto, lembrou que existe uma máxima no Direito que declara “onde a lei não distingue, a ninguém é lícito distinguir”. Referindo-se aos artigos 4 e 5 da proposta que cerceiam o patrocínio de ações ligadas ao atleta profissional e não classificadas pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, como salário. Também opinou contra o Artigo 21. O Conselheiro Carlos Nuzman, elogiou o texto apresentado e desculpou-se por não ter enviado suas sugestões em tempo. Justificou que a agenda do PAN tem sido sobrecarregada e por isso tem impedido o dirigente de um tempo maior para estudo de propostas, como a apresentada. Entretanto, sugeriu que fosse revisto o conceito de atleta profissional. Declarou que as conceituações existentes são muito questionadas e que as considera mal definidas. Tendo em vista que a Lei Pelé determina que se tome em consideração as normas internacionais vigentes, propôs o Conselheiro que se adote as normas do Comitê Olímpico Internacional – COI para tal definição. Comentou ainda que a denominação “Comissão Técnica” no esporte tem também o significado de comissão técnica esportiva, o que poderia causar alguma confusão. Enfatizou a necessidade de maior rigor nos artigos referentes a prestação de contas e sugeriu que o Governo Federal estabeleça percentuais para as diversas manifestações esportivas. Declarou que o Comitê Olímpico



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Brasileiro não deseja participar de nenhuma etapa de chancela de projetos anterior ao trabalho da Comissão Técnica estabelecida pela Lei. O Conselheiro Arialdo Boscolo pediu que o prazo de existência das entidades proponentes fosse aumentado de um para três anos, em consonância com o que estabelecem as normas da Secretaria do Tesouro Nacional para descentralização de recursos por meio de convênios. Concordeu com o Presidente do COB sobre a falta de uma definição clara sobre o esporte profissional. Opinou que o artigo 21 seja específico para patrocínios por empresas estatais e não para o setor privado. E, pediu que fosse mais bem redigida a definição sobre circuitos privados. O Conselheiro Humberto Panzetti também elogiou o trabalho e concordou com o Presidente da Confederação Brasileira de Clubes, que o prazo de existência do proponente seja estendido para três anos. O Conselheiro Júlio Filgueiras questionou a definição de natureza esportiva. Comentou que um sindicato não poderia pleitear o patrocínio por não ser de natureza esportiva. Consultou se não poderia ser o projeto de natureza esportiva e não o proponente. Solicitou que fosse corrigida na definição de esporte de rendimento a frase “busca a máxima performance” conforme preceitua a Política Nacional de Esporte, recém aprovada. Concordeu que a definição de atleta profissional é questionável e, portanto, precisa ser mais bem caracterizada. Sobre a composição da Comissão Técnica pediu para ser esclarecido se os gestores estaduais e municipais ficariam abrigados nos representantes governamentais ou se teriam que compor as sugestões de representação que serão emanadas por este CNE. Opinou pelo aumento do prazo de existência do proponente para três anos e considerou o artigo 21 muito restritivo. O Presidente do Conselho, atendendo a solicitação do Conselheiro Carlos Nuzman, estendeu o prazo para o envio de novas sugestões sobre o assunto até a próxima sexta-feira, dia 13 de abril. Ressaltando que os comentários devem ser encaminhados com as devidas fundamentações, sejam de caráter jurídico ou político. Sobre a reiterada manifestação dos conselheiros a respeito do artigo 21, declarou o Ministro do Esporte que a Lei é um incentivo para o esporte e não uma lei de incentivo para as empresas. Embora, patrocinando o esporte, tenha certeza que todas as empresas vão ganhar muito. Comentou que sobre a remuneração do atleta profissional a lei já vetou, mas questiona-se se seria correto o pagamento de despesas que se relacionam ao esporte profissional como o salário dos técnicos. Sobre a denominação da Comissão Técnica, lembrou que está expressa em Lei, portanto não passível de alteração por decreto. Sobre a dilatação do prazo de um para três anos de existência das entidades proponentes, explicou que a intenção era não prejudicar os pequenos investidores. Lembrando que a Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte só vigorará até 2015. O Conselheiro Bernard Rajzman pediu para registrar que a Lei não teria sido aprovada sem a atuação de liderança do Ministro Orlando Silva e do Presidente do COB Carlos Nuzman, que lideraram os atletas na mobilização para apoio a aprovação da Lei. Propôs que se use da mesma estratégia de mobilização para a aprovação da Lei do Doping. O Conselheiro Fernando Sarney propôs que após o encaminhamento das sugestões na próxima sexta-feira, a equipe do Ministério do Esporte faça as consolidações que julgar apropriada e encaminhe o texto diretamente para a Casa Civil, sem nova apresentação aos Conselheiros, para agilizar a aprovação da regulamentação. Solicitou aos demais Conselheiros que abdicassem de nova apresentação como um voto de confiança no bom



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

senso do Ministro do Esporte. Todos concordaram. Sobre a indicação de dois representantes para o programa Lazer na Cidade, o Ministro propôs que se fizesse a indicação do representante dos Gestores Estaduais para titular e dos Gestores Municipais para suplente. Todos concordaram. O Conselheiro Arialdo Boscolo comentou que considera o Calendário Esportivo Nacional, publicado anualmente pelo Ministério do Esporte uma obra de ficção. Declarou que é de seu conhecimento que os eventos ali relacionados, na sua maioria, não se realizam. O Ministro determinou ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, André Arantes, que avalie o assunto e procure esclarecer melhor na próxima reunião. O Conselheiro Carlos Nuzman propôs que se editasse apenas um calendário de quatro em quatro anos. Passando ao último item da pauta, o Secretário André Arantes pediu a Professora Vera Menezes que fizesse a apresentação do novo conceito de Esporte de Aventura e Esporte Radical. A Professora Vera Menezes informou que o conceito apresentado fora amplamente discutido no âmbito da Comissão de Esporte de Aventura deste Conselho, da qual faz parte ela e a Professora Kátia Passos, também presente à Reunião. Apresentado o novo conceito, questionou o Ministro Orlando Silva se havia conforto para os Conselheiros na aprovação. O Conselheiro Jorge Steinhilber declarou que se tratava de uma oportunidade única, reputando como importantíssimo para o segmento esportivo e acadêmico que fosse aprovado o conceito, possibilitando inclusive o desenvolvimento de normas para o setor. Colocada em votação pelo Ministro a proposta, todos concordaram. O Presidente do Conselho, Ministro Orlando Silva encerrou a primeira fase da reunião às quatorze horas e marcou o retorno para as dezesseis horas. Conforme previsto, a segunda fase da reunião foi iniciada as dezesseis horas, pelo Ministro Orlando Silva. Inicialmente comunicou a todos as presenças do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca e de sua esposa, a Embaixatriz Solange Greco da Fonseca, do Secretário Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos Jogos Pan-Americanos, Ricardo Leyser, das oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Claudia Valenzuela e Maristela Baioni, dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte Hildo dos Santos Fonseca do Amapá, Jefferson Jurema do Amazonas, Nilton Vasconcelos da Bahia, Ferruccio Petri Feitosa do Ceará, André Felipe Silva do Distrito Federal, Maurício de Souza Júnior do Espírito Santo, César Sebba de Goiás, Herbert Fontenele do Maranhão, Baiano Filho do Mato Grosso, Dirceu Lanzerini do Mato Grosso do Sul, Rogério Romero de Minas Gerais, Maria Lucia Penedo do Pará, Ricardo Gomyde do Paraná, Rui Carneiro e Nilson de Carvalho de Pernambuco, Vicente Sobrinho do Piauí, Eduardo Paes do Rio de Janeiro, Miguel Weber do Rio Grande do Norte, Luis Lara do Rio Grande do Sul, Jucélio de Souza de Rondônia, José Léo Carvalho de Sergipe, Palmeri Bezerra do Tocantins, do Secretário Geral do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos, Carlos Roberto Osório. Passou a palavra ao Presidente do COB, Carlos Nuzman, que fez um breve relato das ações do PAN. O Presidente do Conselho pediu, então, que o Secretário Geral do CO-RIO, Carlos Osório fizesse a apresentação sobre as principais ações que estão sendo desenvolvidas para a realização dos Jogos. Após esta palestra o Ministro passou a palavra para o Secretário Ricardo Leyser que anunciou sua equipe, informando que cada um apresentaria um painel sobre um tema específico. Iniciou pelo tema Esportes, por José Roberto Gnecco, depois foram apresentados os painéis de Ação Social por José Ribamar,



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Comunicação por Gabriela Santoro, Tecnologia por Pedro Varlotta e, finalmente, Segurança pela Major Claudete da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. O Ministro Orlando Silva agradeceu a presença de todos, informou que a visita as obras aconteceria no dia seguinte, a partir das nove horas, com o seguinte roteiro: Complexo Esportivo de Deodoro, Complexo Esportivo do Maracanã, Complexo Esportivo João Havelange e Vila Pan-americana. Às dezenove horas deu por encerrada a reunião. No dia dez de abril a visita as obras e instalações esportivas seguiu o roteiro previsto, tendo iniciado às nove horas e trinta minutos e encerrado às dezoito horas.